



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão Especial - CE



Parecer nº 03/2023/CE

Referente ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2023 – Mensagem nº 14/2023 que “**Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998 e à Lei Complementar nº 442, de 04 de novembro de 2011, e dá outras providências.**”

Autor: Poder Executivo

Relator (a) Deputado (a):

DR. JOÃO

I – Relatório

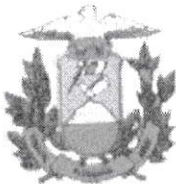
Submete-se a esta Comissão, o Projeto de Lei Complementar nº 03/2023 – Mensagem nº 14/2023, de autoria do Poder Executivo.

O Projeto de Lei Complementar em tela pretende alterar a Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998 e à Lei Complementar nº 442, de 04 de novembro de 2011, para assim valorizar os profissionais exercentes das funções de gestão pública escolar, quais sejam, os de Diretor Escolar, Secretário Escolar, Coordenador e Assessor Pedagógicos.

O autor cita ainda que as alterações pretendidas possibilitarão a implementação do regime integral para os exercentes das funções no art. 39 desta LC e designados para órgão central, diretorias regionais de educação, núcleos regionais de educação e conselho estadual de educação; a flexibilização do regime de trabalho dos professores da Educação Básica e previsão de pagamento de gratificação pro resultado aos profissionais de educação em parcela única anual.

Após, os autos foram encaminhados a esta Comissão para a emissão de parecer quanto ao mérito.

É o relatório.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão Especial - CE



II – Análise

Cabe a esta Comissão, de acordo com o art. 372, inciso I, alínea “a”, emitir parecer a todos os projetos, nos casos previstos no Regimento Interno desta Casa de Leis.

No que diz respeito à tramitação e abordagem do tema, o Regimento Interno prevê dois casos: no primeiro, verifica-se a existência de lei que trate especificamente do tema abordado, se confirmada o projeto será prejudicado. No segundo, a existência de projetos semelhantes tramitando, se houver, a propositura deverá ser apensada.

Segundo pesquisas realizadas a propósito do assunto pela Secretaria de Serviços Legislativos não foi identificado nenhum projeto em tramitação que trata de matéria idêntica ou semelhante, e nenhuma norma jurídica em vigor que dispõe sobre a mesma matéria, importando na inexistência de obstáculo regimental ao prosseguimento da proposta de lei. Destarte, tal propositura completa as condições necessárias para análise de mérito por esta Comissão.

Conforme relato inicial, o autor visa alterar a Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998 e à Lei Complementar nº 442, de 04 de novembro de 2011, para assim valorizar os profissionais exercentes das funções de gestão pública escolar, quais sejam, os de Diretor Escolar, Secretário Escolar, Coordenador e Assessor Pedagógicos.

As alterações pretendidas possibilitarão na implementação do regime integral para os exercentes das funções no art. 39 desta LC e designados para órgão central, diretorias regionais de educação, núcleos regionais de educação e conselho estadual de educação; a flexibilização do regime de trabalho dos professores da Educação Básica e previsão de pagamento de gratificação pro resultado aos profissionais de educação em parcela única anual.

Sob a perspectiva da avaliação meritória, a propositura legislativa pode ser ponderada considerando três aspectos: oportunidade, conveniência e relevância social.

Oportuno é o ato administrativo que compõe os pressupostos de fato e de direito. O pressuposto de direito é a disposição legal que o estrutura e o pressuposto de fato são os acontecimentos, as situações que levam a Administração a praticar o ato.

Assim, ficou claro que a iniciativa contempla os mencionados pressupostos, haja vista que é fato relevante que o estado observe princípios administrativos no trato da coisa pública, e que sejam implementadas medidas que garantam uma política pública eficiente e em conformidade com as atuais necessidades e possibilidades financeiras do Estado.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão Especial - CE



Um ato é conveniente quando seu conteúdo jurídico produz um resultado que atenda à finalidade pretendida que é a satisfação ao interesse público e relevância social. O interesse público refere-se ao “bem geral”. O interesse público é um conceito central para a política, a democracia e a natureza do próprio governo, já a relevância social é justamente a verificação da importância da proposta para população.

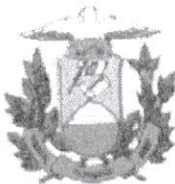
Nesse sentido, podemos afirmar que a iniciativa está em consenso com este pressuposto, pois valoriza os profissionais da educação, desta forma acarretando em melhorias no ensino como um todo e desta forma possibilitando avanços nos indicadores de aprendizado do ensino público do Estado de Mato Grosso.

Portanto, faz-se necessária tal medida, para não desamparar estes profissionais tão importantes para a sociedade, preenchendo o requisito da relevância social.

Por fim, o autor pretende ainda implementar a gratificação por resultado para todos servidores públicos civis e militares do Estado de Mato Grosso, mediante o estabelecimento de metas, desta forma indo ao encontro da Administração Gerencial, focando nos resultados e maximizando os Princípios Administrativos, em especial o da eficiência.

Pelo exposto, esta Relatoria sugere que a proposta em glosa prossiga nesta Douta Casa Legislativa e seja acolhida pelo ordenamento jurídico, face à demonstração nos autos de proeminente interesse social e dos demais requisitos.

É o parecer.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão Especial - CE



III - Voto do Relator

Pelas razões expostas, quanto ao **mérito**, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 03/2023 – Mensagem nº 14/2023, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 11 de 01 de 2023.

IV – Ficha de Votação

| | |
|--|---------------------------|
| Projeto de Lei Complementar nº 03/2023 – Mensagem nº 14/2023 – Parecer nº 03/2023 | |
| Reunião da Comissão em <u>11</u> / <u>01</u> / <u>2023</u> | |
| Presidente (a): _____ | |
| Relator (a): <u>Deputado Dr. João.</u> | |
| Voto do (a)Relator (a): Pelas razões expostas, quanto ao mérito , voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 03/2023 – Mensagem nº 14/2023, de autoria do Poder Executivo. | |
| Posição na Comissão | Identificação do Deputado |
| Relator | |
| Membros | |
| | |
| | |
| | |